

O Sentido de Modernidade no Pensamento de Oliveira Vianna

Alessandra Fernandes Nóbrega¹

Introdução

Os textos de Oliveira Vianna causam sempre um grande impacto. Seja por seus posicionamentos preconceituosos e racistas; pela defesa que empreendeu, a favor de um Estado autoritário; ou ainda pelo grande esforço em compreender o povo brasileiro, a partir de sua realidade concreta – é impossível ficar indiferente à sua obra.

O seu legado ultrapassa em muito os limites de uma mera análise sociológica ou histórica do Brasil (REIS, 2006); não pode, tampouco, ser visto apenas como a síntese do pensamento dominante de seu tempo (PAIM, 1982). O recorrente uso de seus argumentos feito pelas elites brasileiras, por si só impede que sua obra seja simplesmente esquecida ou execrada.

A leitura de *Populações Meridionais do Brasil, 1v.* (VIANNA, 2005), despertou, em mim, o interesse em aprofundar os conhecimentos acerca do período histórico brasileiro que se estende desde o fim da República Velha até a década de 1940, inserindo nesse contexto, a produção intelectual do autor e o seu engajamento político. Foram esses os motivos que impulsionaram a elaboração desse artigo.

Minha intenção, nesse trabalho, é compreender como o autor equalizou, em seus textos, o momento de transição que o Brasil vivenciou entre as décadas de 1920 e 1930. Como representou o confronto de forças sociais antagônicas – o ruralismo decadente e o industrialismo em ascensão. E por fim, qual o projeto de modernização que esboçou para o Brasil.

O esclarecimento dessas questões é importante na medida em que explicita os mecanismos usados, pelo Estado autoritário de Vargas (1930 a 1945), para integrar em uma nova ordem política, diferentes atores sociais. Ao contemplar de forma parcial os interesses de grupos sociais adversos, o governo Vargas obteve êxito no papel de mediador dos conflitos entre as forças produtivas, que não detinham, naquele período, uma hegemonia econômica ou política.

Essa integração consistiu em atrair para o centro do poder tanto as forças emergentes (capital industrial), quanto os grupos tradicionais (oligarquias rurais), e as populações trabalhadoras. A reordenação político-administrativa do Estado favoreceu o equilíbrio entre essas forças, criando canais de expressão e reivindicação, desde que sob limites rígidos. Foi a implantação de um sistema sindical tutelado, e a burocratização da máquina governamental que permitiu, momentaneamente, essa atuação do Estado como mediador dos conflitos entre aqueles atores sociais.

Assim, o Estado assumiu uma face impessoal e deslocada do contexto social, como se estivesse desvinculado dos laços político-econômicos inerentes à própria sociedade, garantindo benefícios aos diferentes grupos sociais: aos setores emergentes, a progressiva ascensão aos cargos de comando; às oligarquias decadentes, a manutenção de privilégios, mesmo que passassem a ocupar papéis políticos cada vez mais secundarizados; aos grupos trabalhadores, uma participação política restrita e tutelada.

Por isso, Oliveira Vianna negava ao Brasil o regime democrático, a participação política livre e direta, os direitos individuais frente os interesses do Estado. A plena cidadania ruidava com as estruturas de manutenção do *status quo*, favorecedor das elites dominantes. Era necessária a existência de um poder central forte, que ordenasse por dentro do próprio Estado, os novos papéis políticos que os grupos dominantes desempenhariam. O governo Vargas concretizou essa transferência de poder entre os grupos dominantes, dentro do próprio Estado.

Para Guilherme Piva (2000), Oliveira Vianna não estava preocupado com o desenvolvimento econômico de nenhum setor produtivo brasileiro. Antes, pretendia estabelecer uma estrutura político-administrativa adequada ao seu tempo e aos se projeto de modernidade para o Brasil - uma máquina burocratizada reguladora da atuação pública e dos interesses de cada um desses setores produtivos.

É por essa perspectiva que compreendo as contradições existentes em seus argumentos, que ora enaltecem os valores morais dos clãs rurais, ora critica o centrifugismo das oligarquias agrárias; que admira o imperialismo anglo-saxônico, mas também nega ao Brasil a existência de um espírito de solidariedade corporativa; que reconhece a diversidade cultural, étnica e social do Brasil, mas idealiza um país homogêneo e branco.

Porém, diferentemente de Antônio Paim (1982), não considero esses posicionamentos contraditórios, como uma incapacidade de Oliveira Vianna em compreender a sociedade brasileira em sua concretude. Antes, refletem o próprio espírito de seu tempo – tempo de incertezas e de buscas, um tempo em que o perfil de um ‘novo’ Brasil se formava.

Assim, cabe agora tecer algumas considerações acerca do contexto sócio-político das décadas de 1920, época em que o primeiro livro de Oliveira Vianna é lançado, *Populações Meridionais do Brasil, vol.1*.

No tempo da República Velha

Quando, em 1920, Oliveira Vianna lançou seu primeiro livro, *Populações Meridionais do Brasil*, o país vivia um período de grandes transformações. A modernidade impunha a necessidade de uma reorganização das estruturas sociais e exigia novos padrões de comportamento cultural e político.

As mudanças ocorridas no início do século XX, no entanto, tiveram suas origens ainda nos idos de 1850, com o fim do tráfico de escravos – que acarretou a implantação de novas relações trabalhistas – e o início de um lento processo de industrialização, com o conseqüente fortalecimento do mercado consumidor interno. Paralelamente, a

introdução da cultura cafeeira e o êxito que este produto alcançou nos mercados internacionais, redefiniram os moldes da produção e das políticas estatais de proteção ao setor agrário.

Outro fator importante na consolidação do perfil sócio-econômico nacional deve-se ao intenso processo migratório que se acentua nas três primeiras décadas do séc. XX. Os imigrantes que aqui chegaram eram em geral jovens, homens, muitas vezes alfabetizados e adaptados ao estilo de vida urbano. Características que imprimiram às principais cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, uma atmosfera mais dinâmica e cosmopolita.

Era íntima a relação entre migração européia, desenvolvimento urbano-industrial e a exportação de produtos agrícolas, com destaque para a cafeicultura. A instalação das primeiras fábricas na região centro-sul do país, voltadas para o beneficiamento de produtos agrícolas, evidencia a sujeição do crescimento econômico e social, ao sucesso da agroindústria brasileira. Segundo Warren Dean

Quase todos os empresários industriais por volta de 1914 tinham iniciado suas carreiras como fazendeiros ou importadores, ou ambos, e geralmente continuavam a administrar fazendas ou a importar mercadorias depois de haverem fundado fábricas. (DEAN, 1989. p. 268)

O capital estrangeiro também foi um importante impulsionador do desenvolvimento industrial nesse período. Tendo inicialmente dedicando-se à produção de alimentos, vestuários e móveis destinados ao consumo das classes populares, esse grupo de capitalistas contava com a vantagem de terem como fonte de investimentos bancos europeus, ou reservas financeiras dos próprios imigrantes, que ao chegarem no Brasil, preferiam confiar suas poupanças a compatriotas bem sucedidos, já instalados no país.

Apesar da importância que os centros urbanos paulatinamente conquistavam, o Brasil da Primeira República ainda era eminentemente agrário. Portanto, o setor industrial não representava, no plano político, uma ameaça às oligarquias rurais; ao contrário figurava em uma posição secundária, buscando estabelecer alianças com grupos tradicionais,

A elite agrária frequentemente condescendia em estabelecer alianças com a nova classe industrial e os industriais frequentemente adquiriam terras, não só para remontar a sua busca de integração vertical, mas também para tentar atingir o nível máximo de status cujo sentido já trariam de sua terra natal e tornavam a encontrar no Brasil. (DEAN, 1989. p. 275)

Assim, as duas primeiras décadas do séc. XX sintetizam uma fase de transição da sociedade rural para o predomínio urbano do país. Transição que se tornou mais visível e concreta a partir dos anos 30, quando os interesses do capital monopolista, passaram também a refletir-se na composição das políticas governamentais.

Essas mudanças estruturais, não passaram despercebidas pela intelectualidade brasileira, que voltou-se para o nosso passado histórico como meio de compreender a conjuntura na qual se inseria a República Velha e, principalmente, para traçar uma expectativa de futuro para o país.

Ainda no início da década de 1920, ocorre a Semana de Arte Moderna, lançando novas imagens e significados ao *Ethos* brasileiro; Assim como começam a tomar forma as primeiras iniciativas que, na década de 1930, caracterizará o movimento de renovação educacional, a Escola Nova. A sociedade em ebulição promoverá as primeiras manifestações populares dos operários fabris, e verá o nascimento do primeiro partido político de orientação socialista, o PCB.

É em meio a esse conturbado contexto que Oliveira Vianna deixa o anonimato para tornar-se um dos mais importantes expoentes da *intelligencia* brasileira. *Populações Meridionais do Brasil*, representou um marco para o debate sociológico da época, devido à originalidade de suas idéias, mas também por ter discutido as características culturais do povo brasileiro, em meio ao processo de sua formação histórica.

Muitos dos argumentos apresentados nesse primeiro livro ressurgem em obras posteriores, demonstrando a permanência de suas principais preocupações, apesar de muitas de suas idéias terem se modificado ao longo do tempo. Porém, em todos os momentos, ele manterá uma coerência ao abordar essas questões, buscando, na formação histórica da sociedade brasileira, explicações para os problemas existentes em seu tempo.

Para José Carlos Reis (REIS, 2006) o pensamento intelectual de Oliveira Vianna, assim como sua atuação política no governo varguista, coloca o autor na condição de um renovador dos ideais autoritários que dominaram o Brasil. Tornando fundamental seu conhecimento, para a reflexão de como a elite nacional compreendia a sociedade e o povo brasileiro, e os argumentos que utilizou para manter e legitimar seu domínio político e econômico.

Oliveira Vianna e sua obra

Oliveira Vianna pertencia a uma família de modestos produtores rurais. Nascido em Saquarema, em 1883, cedo se muda para Niterói, a fim de concluir seus estudos, e mais tarde para o Rio de Janeiro, onde forma-se em Direito, em 1906.

Durante a década de 1910 vive um relativo anonimato, quebrado pela publicação, em jornais, de artigos nos quais apresenta alguns dos argumentos que mais tarde desenvolverá em seus livros. Para Antônio Brasil Jr. (2007), ao rever esses artigos é possível percebermos que inicialmente, o autor não se opunha ao sistema federativo adotado no país a partir da República. Ao contrário, em várias passagens desses textos elogiava a iniciativa desenvolvimentista de paulistas e mineiros convocando a juventude fluminense, e especialmente as classes produtoras locais, à tomada de ações visando sua adaptação à nova realidade política brasileira.

Acompanhando as análises feitas por Antônio Brasil Jr, acerca dos conteúdos de três artigos publicados na *Vassourense: Jornal de Ciência e Arte – Democracia e Solidariedade (Estado do Rio)*, de 1910; e dois artigos com mesmo título *O Neomonroismo e a Teoria Antropológica de Lapouge*, de maio e julho de 1912 –, notamos que Oliveira Vianna enaltecia não só a República, mas também suas origens, ou seja, o espírito empreendedor e imperialista anglo-saxônico. Para ele, eram esses os ideais

político-culturais que o Brasil deveria seguir como modelo, a fim de tornar-se, como os EUA ou a Inglaterra, um país moderno.

O artigo de 1910, *Democracia e Solidariedade (Estado do Rio)*, revela que suas preocupações, naquele momento, não se voltavam às questões de cunho nacional; mas sim, ao debate sobre a dependência que a classe produtora fluminense mantinha em relação ao governo central, e à falta de instituições e organização administrativa do Rio de Janeiro,

Falta-lhes coesão. Falta-lhes disciplina. Falta-lhes, principalmente, um núcleo dirigente, um órgão representativo, sindicato ou cooperativa, centro ou federação, capaz de levar aos governos, em nome delas, imponentes pelo número, fortes pela união, os seus protestos, os seus reclamos, as suas inspirações, um programa definido das suas necessidades comuns. (Vianna, 1910: 3, apud Brasil Jr, 2007, p.106-107)

Nos outros dois artigos citados, o autor defendia a superioridade da raça anglo-saxônica, no caso representado pelos norte-americanos; assim como a admiração ao espírito público daquele povo. (Vianna, 1912, apud Brasil Jr, 2007, p.109)

Segundo o Oliveira Vianna, os norte-americanos reuniam qualidades que justificavam sua dominação imperialista "a audácia, a iniciativa, a tenacidade, o senso prático e positivo das coisas, a predileção pelas profissões lucrativas, o hábito da cooperação, (...) o sentimento do lucro remoto" (Id. Ibid.). Características que explicavam a posição de destaque que haviam alcançado no cenário internacional, e que os distinguiam dos povos latino-americanos que, apesar de "cavalheiros, generosos, bravos, heróicos, e, não raramente, sublimes e admiráveis" (Ibidem), não estariam adaptados ao "industrialismo, ao seu comercialismo, ao seu materialismo, à sua positividade" (Id. Ibid.).

Se era tão forte sua filiação do autor ao espírito anglo-saxônico, como a partir da década de 1920, passa a defender posições conservadoras e autoritárias? Tudo parte do diagnóstico que elabora acerca da formação histórica e cultural da sociedade brasileira, e da influência que os pensamentos de Alberto Torres exercem sobre suas concepções políticas.

Para ele, as características e as condições históricas que engendraram o nascimento da sociedade brasileira, tornaram impossível o desenvolvimento do individualismo e a auto-organização no Brasil. Portanto, antes de implantar um sistema democrático caberia ao Estado educar a população e as classes dirigentes para o exercício das liberdades sociais, inculcando-lhes hábitos como a iniciativa individual e, princípios como a impessoalidade na gestão do bem público, a solidariedade de todos com o objetivo de desenvolvimento do país.

Apesar dessa perspectiva dirigista e manipuladora, da política e da cultura popular, segundo Antônio Paim (1982), o pensamento viannista não pode ser reduzido apenas à expressão de um projeto político autoritário; antes, propõe uma alternativa de modernização do país, realizado por cima, imposta à nação por suas forças dirigentes.

Essa primeira fase do pensamento viannista reúne livros que abordam a formação da sociedade brasileira, e as primeiras reflexões acerca da organização política do Estado: *Populações Meridionais do Brasil* (1920); *Pequenos Estudos de Psicologia*

Social (1921); *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República* (1922); *Evolução do Povo Brasileiro* (1923); *O Ocaso do Império* (1925); *O Idealismo na Constituição* (1927).

Porém, foi com a Revolução de 30 que Oliveira Vianna teve a oportunidade de realizar seus projetos políticos, uma vez que se tornou consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-1940), atuando de forma direta e decisiva na elaboração da legislação sindical e trabalhista brasileira. Nesse período, propõe a implantação de um sistema sindical tutelado pelo Estado, como medida de regulação dos conflitos sociais inerentes ao desenvolvimento capitalista no país.

No entanto, seus ideais foram concretizados apenas de forma parcial, uma vez que essa tutela estatal atingia frontalmente os interesses de diferentes setores sociais. Grupos ligados ao industrialismo paulista, não aceitavam que o Estado limitasse sua liberdade representativa e atuação política; e mesmo a forças liberais e trabalhistas, contrapunham-se em graus diferenciados ao intervencionismo governamental. (BRASIL Jr., 2007)

Foram, aliás, os embates decorrentes para a aprovação de uma nova ordenação do sistema sindical, que afetará de forma decisiva a atuação política de Oliveira Vianna. A oposição da FIESP (Federação dos Industriais do Estado de São Paulo) às suas idéias, acabou desgastando sua imagem política provocando seu afastamento dos quadros do governo. (ibdem, p. 126-132)

Sua atuação no governo e as reflexões sobre a organização sindical e a ordem política nacional, levaram à publicar uma série de novos livros, de vieses jurídico e político, nesse período: *Problemas de Política Objetiva* (1930); *Problemas do Direito Corporativo* (1938); *As novas Diretrizes da Política Social* (1939). Porém, questões acerca da cultura e da formação do povo brasileiro, também são tratadas em *Raça e Assimilação* (1932); *Formation Ethnique du Brésil Colonial* (1932).

A partir da década de 1940, Oliveira Vianna assume o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União e volta a ocupar-se com sua produção intelectual, publicando *Os Grandes Problemas Sociais* (1942); *Instituições Políticas Brasileiras*, 2 vol. (1949); e ainda *Introdução à História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil*, publicado postumamente (1958).

Esses livros retomam os debates acerca da formação histórica e social do Brasil, porém agora refletindo as experiências que colheu, durante os anos nos quais atuou enquanto gestor público. Nessa nova fase, seus textos apresentam, nas palavras de Brasil Jr., um tom pessimista e cético, em relação ao papel que o Estado pode exercer na formulação e condução de um projeto modernizador das instituições e da cultura nacionais (BRASIL Jr., op. cit.), demonstrando os limites que hábitos culturais e interesses particularistas impunham na efetiva atuação mediadora do Estado. Em trecho destacado pelo autor, nas palavras do próprio autor,

Donde esta conclusão: -- são possíveis mudanças na estrutura social do povo mediante uma política do Estado; mas estas mudanças estão condicionadas à realidade social -- e exigem:

- a) *que se proceda gradativamente* -- com o espírito de modernização e o senso de objetividade. E mais ainda:
- b) *que tenha apoio ou assentimento nos costumes e tradições do povo-massa.*

Do contrário, o insucesso é seguro e inevitável: ou o povo se conserva indiferente à lei nova e mantém o seu comportamento tradicional; reage e revolta-se, revogando ou anulando a lei nova. (VIANNA, 1999. P. 446, grifos do Autor)

Em toda sua vida intelectual, Oliveira Vianna esteve comprometido com o ideal de tecer um diagnóstico da evolução histórica brasileira, buscando a partir das nossas idiossincrasias culturais propor ações governamentais de caráter modernizador. Porém, não percebeu que os embates entre diferentes setores sociais – capitalistas, oligarquias, trabalhadores urbanos e rurais – não são conciliáveis dentro do sistema capitalista, tornando o espírito de solidariedade corporativa uma prática de alianças pontuais, transitórias e relacionadas às condições de cada contexto histórico.

A visão modernizadora apresentada por Oliveira Vianna despertou o interesse de importantes sociólogos brasileiros, que, nos últimos anos vêm apresentando diferentes opiniões acerca da relevância que o autor atribui aos diferentes setores econômicos brasileiros, especialmente ao setor industrial, que nas décadas de 30 a 50 consolida-se na liderança política nacional. É sob essa perspectiva de análise que apresentarei a seguir, uma breve leitura dos textos de alguns intérpretes do pensamento viannista.

A modernidade no pensamento de Oliveira Vianna

O sentido de modernidade contido no pensamento viannista, remete-nos à complexa teia de relações que Oliveira Vianna estabelece entre os elementos que considera fundantes da sociedade e cultura brasileiras: A sujeição do homem às condições geográficas do Brasil, com ênfase à extensão territorial; o isolamento dos primeiros núcleos colonizadores, especialmente nas regiões interioranas; a primazia dos interesses privados sobre os públicos; o poder exercido pelos latifundiários sobre a organização social e política do país; e, por fim, o fraco desenvolvimento dos centros urbanos;

Esses fatores interagiram de forma particular nas várias regiões do país, o que impediu o desenvolvimento uniforme da economia e da sociedade brasileiras. Por isso, o traço mais marcante da formação do Brasil, teria sido a sua diversidade – cultural, étnica, social e do próprio potencial econômico de cada região.

Segundo o autor, essa diversidade era desconsiderada pela elite nacional, preocupada em implantar no país um modelo representativo, alheio às reais condições e necessidades da nação. Portanto, a inadequação da democracia ao Brasil, não estava na essência de seu projeto político, mas sim na impossibilidade de garantir, a essa sociedade fragmentada, uma participação política justa e equilibrada.

Para o autor o Brasil só poderia alcançar o nível de desenvolvimento das sociedades européias ou norte-americanas, se os valores culturais da nação, e a estrutura político-administrativa do Estado fossem radicalmente transformados.

A implantação de reformas tão profundas só poderia ser empreendida por um Estado centralizador, autoritário, capaz de conter o poder das oligarquias rurais e, ainda, estimular a participação dos diversos grupos e categorias sociais – desde que sob as diretrizes das políticas governamentais. Assim, segundo Guilherme Piva,

Em Oliveira Vianna, modernização tem um conteúdo concreto (sistematizado numa agenda de medidas e reformas) de caráter eminentemente político-institucional, e pode ser resumido como pregação pela implantação da ordem (organização política e social e

unidade nacional) contra a desordem (desorganização política e descentralização, identificadas como atraso) vislumbrando o objetivo maior de grandeza e civilização (força, soberania, fausto, nobreza) divisadas nos países desenvolvidos (PIVA,2000, p.89)

O papel designado por Oliveira Vianna ao Estado estava baseado em duas premissas: a primeira de que a democracia pode ser implantada sob a tutela do Estado; e a segunda, de que o Estado está acima dos interesses e dos jogos políticos e econômicos intrínsecos, ao sistema capitalista.

A complexidade de seu pensamento acabou por refletir-se em um leque de diferenciadas interpretações acerca do modelo político que defendia, ou do futuro que buscava traçar para o Brasil. A defesa de uma alternativa conciliatória entre interesses opostos – do ruralismo tradicional e do capitalismo emergente – levou o autor a idealizar um Estado regulador dos direitos de cidadania, e das vias de expressão pública desses grupos sociais.

Por isso, Guilherme Piva ressalva que o confronto entre o ruralismo e o industrialismo não é o tema central na obra viannista, embora constitua o ‘pano de fundo’ para as críticas que tece acerca do panorama político da República Velha. É a organização político-administrativa de um Estado burocratizado que sintetiza o espírito de modernidade de seus pensamentos.

o importante, para nós, é que a discussão sobre a modernização em Vianna não se desenvolve adequadamente ao terreno do agrarismo e do capitalismo. Ainda que sejam as transformações do mundo agrário-exportador para o mundo urbano-industrial que presidem suas reflexões, elas o interessam quanto ao teor político-institucional: a organização do povo, da sociedade, das instituições e do Estado – este é seu universo de referência seu *leitmotiv*. (PIVA, 2000. p. 96-97)

Assim, o debate entre ruralismo e industrialismo é improcedente no seu projeto de modernização (Id. Ibid., p. 98). No entanto, é importante observar que nas décadas de 1930 e 1940 essa discussão não estava completamente posta. O contexto econômico desse período, ainda possibilitava uma política de conciliação de interesses e partilha de benefícios que, gradualmente vai sobrepor a força do liberalismo capitalista ao protecionismo das políticas agrárias até então vigentes.

Oliveira Vianna traduz em seus textos a essência desse momento de transição. Por isso sua obra apresenta argumentos contraditórios, como a exaltação dos valores morais do mundo agrário; ao mesmo tempo em que critica o poder dos clãs rurais, a forte federalização do país e o individualismo capitalista. Esses são indícios de que as novas estruturas econômicas e políticas ainda não estavam plenamente desenvolvidas no Brasil – apesar de já apontarem para a superação do domínio oligárquico, ainda predominante na política brasileira até a década de 1930.

Coadunado com os acontecimentos de seu tempo, ele projeta uma ordenação política, na qual o Estado surge como condutor dessa transição, intervindo, limitando e redefinindo o papel e o poder das forças sócio-econômicas inerentes à sociedade brasileira.

Na visão de Antônio Paim, “Oliveira Vianna formulou uma proposta inteiramente original e que de certa forma correspondia a uma grande síntese da tradição política nacional” (1982, p. 27), apontando para a via autoritária e conservadora na condução dos conflitos decorrentes da modernização do país.

Retomando o conceito de *autoritarismo utilitário*, formulado por Wanderley Guilherme, Antônio Paim concorda com a idéia de que Oliveira Vianna pretendia, por meio da instituição de um Estado centralizado “conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido” (SANTOS, 1978, apud Paim, Id. Ibid., p. 30).

Nessa perspectiva, o pensamento modernizador de Oliveira Vianna limitaria-se exclusivamente à ação de medidas político-institucionais que levariam à ruína, as antigas estruturas da sociedade oligárquica. Aqui a interpretação dos argumentos de viannistas também estão revestidos por um pragmatismo burocrático, tornando o autor indiferente às contradições que marcaram a história brasileira sob o governo Vargas.

Nas palavras de Wanderley Guilherme, Oliveira Vianna,

nunca compreendeu totalmente onde deveria procurar os atores políticos capazes de transformar a sociedade brasileira em uma comunidade liberal. Seu pensamento estava sempre voltado para uma elite política especial, vinda não se sabe de onde, e que transformaria a cultura política brasileira de tal forma que a sociedade se tornaria liberal mediante maciça conversão cultural. (Id. Ibid., p. 32)

Na mesma linha interpretativa encontra-se a análise de José Carlos Reis (2006), para quem “Vianna não defendia a modernização capitalista, baseada na iniciativa individual, na livre concorrência entre os capitais e no Estado mínimo. Ele defendia um Estado máximo” (Ibidem, p. 176), técnico, burocratizado, acima dos interesses particularistas, mediador das forças produtivas e, principalmente, um Estado condutor da participação política dos vários setores sociais.

Nesse sentido, importaria menos a demonstração explícita das alianças estabelecidas entre o capital industrial emergente e os órgãos político-administrativos. As ações governamentais exerceriam, antes, a função de estabelecerem o ponto de equilíbrio entre os interesses econômicos os setores produtivos e as demandas sociais.

O conservadorismo do pensamento de Oliveira Vianna manteve-se afinado com os interesses das elites brasileiras, mesmo mais tarde, quando na década de 1960 o Golpe Militar colocou, mais uma vez, o Estado autoritário no papel de condutor dos destinos do país (PAIM, 1982. p. 32). Por isso, compreender seu discurso em defesa do autoritarismo, e das ações modernizadoras, esclarece-nos sobre os mecanismos utilizados pelas elites nacionais para manterem-se no poder, oprimindo a grande maioria do povo brasileiro.

Considerações finais

A importância da obra de Oliveira Vianna deve-se tanto à profundidade e diversidade de sua produção, quanto às contribuições que seu engajamento político possibilitou ser agregados ao conteúdo de suas reflexões.

Da mesma forma, a amplitude do pensamento viannista, permitiu que os pesquisadores sociais pincelassem diferentes aspectos de suas idéias, aprofundando o debate sobre as várias temáticas desenvolvidas em seus livros, artigos e, até mesmo, em sua correspondência pessoal.

Nesse artigo, busquei apresentar as discussões acerca do sentido de modernidade contido em sua obra, relacionando-a ao modelo político-administrativo que consagrou sua visão sobre o Estado autoritário. Minha atenção voltou-se ainda para a compreensão de como o autor refletiu o processo de reordenação das forças políticas e econômicas, vivenciadas pelo Brasil, no fim da Primeira República e início do governo Vargas.

Para tanto, vali-me das preciosas contribuições de pesquisadores como Guilherme Piva, Antônio Paim, Murilo de Carvalho, Antônio Brasil Jr., Maria Emília Prado, entre outros que discutiram o sentido de modernidade apresentado por Oliveira Vianna. Esses cientistas sociais também permitiram-me compreender como os ideais viannistas permanecem atuais e são recorrentes nos discursos das elites brasileiras, sempre que seus interesses políticos e econômicos apontam para a solução dos conflitos sociais, pela via ditatorial.

O ponto de partida para meus estudos foi a leitura de *Populações Meridionais do Brasil*, vol 1, obra inaugural de Oliveira Vianna, editada ainda em 1920. Nesse livro, é apresentado um diagnóstico do processo de formação da sociedade brasileira, dos traços característicos de nossa cultura e sociedade, assim como do espírito político nacional.

Embora esse diagnóstico não apresente uma visão bem definida do modelo de modernização que Oliveira Vianna, mais tarde, implantaria no Brasil, é fundamental para a compreensão da evolução do pensamento do autor. Essa primeira leitura permitiu compreender os termos em que defende o Estado autoritário, naquele contexto político.

O Estado teria, para ele, uma dupla função: de regulador os conflitos sociais, e de orientador do povo brasileiro no exercício de sua cidadania. Esse caráter educativo que Oliveira Vianna atribui ao Estado autoritário, liga-o à história da educação brasileira. Aspecto este que pretendo desenvolver posteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL JR., Antônio da Silveira. *Uma Sociologia Brasileira da Ação Coletiva. Oliveira Vianna e Evaristo de Moraes Filho*. Rio de Janeiro, 2007. 191 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A Utopia d Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 4 n. 7, p. 82-99, 1991.

DEAN, Warren. A Industrialização Durante a República Velha. In. FAUSTO, Boris (Org). *O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 5. ed.. Rio de Janeiro, Editora Bertrand do Brasil. 1989.

ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Vanhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editores da UNESP, 1997.

PAIM, Antônio. Oliveira Viana e o Pensamento Autoritário no Brasil. Rio de Janeiro, 1982, p 11-37. In. VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília, DF: 1999. Col. Biblioteca Básica Brasileira.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadore e Semeadores*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2000.

PRADO, Maria Emília. Considerações sobre a crise do modelo de cidadania regulada inspirado por Oliveira Vianna. In: *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v. 23. 2005.

REIS, José Carlos. *As Identidade do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. (Edições do Senado Federal, v. 27.)